



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA N.º 01/2019
COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2019 ÀS 16H

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, no auditório do 24º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, Vice-Presidente Administrativa; os Desembargadores integrantes do atual corpo diretivo: Rilma Aparecida Hemetério, Presidente; a Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Maria Elizabeth Mostardo Nunes; os Desembargadores membros do Comitê; Desembargador Benedito Valentini; Desembargadora Regina Aparecida Duarte; Desembargador Nelson Bueno do Prado; Juiz Roberto Vieira de Almeida Rezende – Auxiliar da Vice-presidência Administrativa; Juíza Heloísa Menegaz Loyola, representando o Juiz Rogério Moreno de Oliveira – Auxiliar da Corregedoria Regional; Juíza Titular Olga Vishnevsky Fortes; Juiz Titular Rodrigo Garcia Schwarz; o Juiz Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, membro representante da AMATRA-2; os Servidores membros do Comitê: Maria Romana Almeida de Lima, da Secretaria-Geral da Presidência; Maria Inês Ebert Gatti, da Secretaria da Vice-presidência Administrativa; Leandro Pereira Pedro, da Secretaria da Corregedoria Regional (Substituto); Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira, da Secretaria-Geral Judiciária; Paulo Jorge Peralta, Diretor-Geral da Administração; Aline Maria de Castro Silva Rossi, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Marcelo Canizares Schettini Seabra, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional; Denize Mota, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; Nivaldo Catania, Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Walter Clair Pereira, Diretor da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial; Aquiles Jose Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Gabriel Pio de Paula, Diretor da Secretaria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida; Robson Guimarães, Diretor da Secretaria de Saúde; Maria Claudia Daidone, Diretora da Secretaria da Escola Judicial;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Claudia Polachini Kayatt, Diretora da Secretaria da Ouvidoria; Leandra Maria Leal de Sant'Anna, Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos; Gustavo Miranda Da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC; Arlindo Antonio Teixeira da Costa, Secretário da 14ª Turma; Luiz Antônio Loureiro Travain, Diretor do NUPEMEC-JT2; participaram ainda da reunião: o Assessor Rômulo Borges Araújo; o Diretor Márcio Vinicius Gimenes Milan, Coordenadoria de Governança e Projetos; a chefe da Seção de Riscos e *Compliance*, Patrícia Andrade Castro Carvalho; o servidor da Seção da Seção de Processos e Projetos, Bruno Motta de Andrade; a chefe da Seção Socioambiental, Fernanda Machado Martins; o chefe da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais, Dario Nery, com a finalidade de discutir questões relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional.

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, informou o objetivo da Reunião de Análise Estratégica (RAE), ressaltando a finalidade do Comitê de Planejamento e Gestão (CPG), a importância do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e suas consequências no funcionamento deste Regional. Comunicou a necessidade de se ausentar, juntamente com a Desembargadora Presidente, em razão de compromissos institucionais e passou a palavra para a Desembargadora Rilma Hemetério.

A Desembargadora Presidente salientou a relevância dos temas que seriam abordados na reunião, destacou que este é o momento de agir, acrescentar, corrigir e se despediu desejando a todos um bom trabalho.

A Desembargadora Jucirema então passou a condução da reunião para a Desembargadora Regina Duarte, que seguiu apresentando a pauta: 1. *Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020*; 2. *Apresentação da Política de Governança, Gestão de Riscos e Compliance*; 3. *Proposta de Alteração da Política Ambiental do TRT2 - Ato GP 07/2011*.

Na sequência, deu a palavra ao Diretor Gustavo para a exposição sobre o item 1 da pauta - "Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020". O Diretor Gustavo cumprimentou os participantes, contextualizou os presentes a respeito do PEI 2015-2020 e anunciou os resultados dos indicadores referentes ao exercício 2018.

sf



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 1: Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		83%	83,5%	84%	84,5%	85%	86%
Realizado	82,5%	86,8%	89,2%	78,8%	84,2%		

Comentário: Informou que houve o cumprimento da meta em 99,64%.

Indicador 2: Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		52%	54%	56%	48%	49%	50%
Realizado	49,9%	45,6%	39%	43,1%	44,5%		

Comentário: Comunicou que houve o cumprimento da meta em 92,71%.

Indicador 3: Percentual do Orçamento de Custeio aplicado em Capacitação

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		1,1%	1,13%	1,16%	1,19%	1,22%	1,25%
Realizado	1,39%	0,79%	0,54%	0,42%	0,78%		

Comentário: Afirmou que houve o cumprimento de 65,55% da meta.

Indicador 4: Índice de Clima Organizacional

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta				75%			
Realizado							

Comentário: O Diretor Gustavo esclareceu que a primeira pesquisa de Clima Organizacional foi realizada em 2017 e que teve uma avaliação positiva. Destacou que este indicador é bianual, que não há parâmetro anterior e que a meta ainda precisa ser definida, pois a próxima pesquisa será realizada no corrente ano.

16



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 5: Índice de Instalações Físicas Adequadas

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		80%	84%	88%	92%	96%	98%
Realizado	76,1%	76,1%	78,8%	98,9%	100%		

Comentário: Afirmou que o resultado foi acima do esperado, atingindo 108,70% do cumprimento da meta.

Indicador 6: Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 211, itens de infraestrutura)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	60%	70%	100%	100%	100%
Realizado	86%	86%	76,9%	84,6%	92,31%		

Comentário: Informou que houve o cumprimento da meta em 92,31%.

Indicador 7: Índice de Disponibilidade de Serviços de TI

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		99,4%	99,45%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Realizado	99,35%	99,6%	99,45%	98,95%	97,77%		

Comentário: Destacou que a meta foi cumprida em 98,26%.

Indicador 8: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		65,67%	66,17%	67,17%	68,17%	69,17%	70,17%
Realizado	65,17%	69,91%	90,24%	79,40%	74,38%		

Comentário: Pontuou que a meta foi superada, tendo como resultado 109,11% do seu cumprimento.

26



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 9: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		31%	34%	37%	40%	42%	43%
Realizado	28,97%	39,07%	34,26%	34,64%	39,38%		

Comentário: Comunicou que houve o cumprimento de 98,45% da meta. Ressaltou que esta meta foi alterada na última RAE, mas ainda não foi cumprida em nenhum período.

Indicador 10: Índice de Eficiência Operacional - Entrados

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	110%	120%	130%	133%	136%
Realizado	98,95%	117,28%	103,61%	103,69%	156,76%		

Comentário: Afirmou que o resultado da meta foi superado, tendo como resultado 120.58% do seu cumprimento.

Indicador 11: Índice de Processos de TI Aderentes as Melhores Práticas do COBIT

Período	2017 (base)	2018	2019	2020
Meta		1,43%	1,69%	2%
Realizado	1,39%	1,57%		

Comentário: Informou que a meta foi superada e atingiu 109,79% do seu cumprimento.

Indicador 12: iGov TIC-JUD

Período	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		70%	70%	70%	70%
Realizado	64%	72%	76%		

Comentário: Salientou que esta meta também teve resultado positivo, atingindo 109% do seu cumprimento.

26



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 13: Tempo de Ciclo Total (1o Grau)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		1200	1150	1100	1050	1000	900
Realizado	889	906	953	1080	1196		

Comentário: Informou que houve o cumprimento de 87,79% da meta, apresentando uma piora em relação ao ano anterior. A Desembargadora Regina sugeriu a alteração do cálculo deste indicador. Inês sugeriu a suspensão da análise deste indicador momentaneamente.

Indicador 14: Prazo Médio de Perícia

Comentário: O Diretor Gustavo pontuou que será necessário discutir a forma de medição, uma vez que a TI identificou que não é possível estabelecer um marco, ou seja, não existe movimento específico no acompanhamento processual no momento da determinação da perícia, apenas registro do retorno do processo pelo perito. A Desembargadora Olga Fortes questionou a possibilidade de propor a inclusão desse movimento processual no Sistema PJe. A Secretária Inês respondeu que é possível, mas a longo prazo, uma vez que é necessário ser deliberado pelo Comitê Nacional do PJe. O Diretor Gustavo pontuou que no passado a discussão ocorreu acerca da exclusão deste indicador ou a comparação entre processos com e sem perícia. O Diretor Paulo Peralta afirmou que a Corregedoria costuma acompanhar o impacto dos processos com perícia, ao que Leandro, Secretário Substituto da Corregedoria, ponderou que a análise desses processos é feita de forma individual durante as Correições. O Diretor Gustavo esclareceu que o Indicador 16 inclui contabiliza o prazo tanto dos processos com perícia quanto dos processos sem perícia. A Desembargadora Regina Duarte sugeriu que o GPG encaminhe ao Comitê Nacional do PJe a proposta de inclusão do movimento processual, assim como a suspensão da mediação enquanto a demanda estiver sendo analisada, o que foi acatado pelos presentes.

26



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 15: Índice de Processos Antigos (IPA)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		90%	90%	90%	90%	90%	90%
Realizado		89,39%	92,53%	85,28%	86,55%		

Comentário: Comunicou que houve o cumprimento da meta em 96,17%.

Indicador 16: Tempo Médio de Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1C)

Período	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		236	236	226	221
Realizado	246	237	233		

Comentário: Pontuou que esse Indicador equivale à Meta 5 do CSJT, o qual inclui a medição do aprazamento dos processos com e sem perícia. A meta atingiu 101,29% do seu cumprimento.

Indicador 17: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		319	309	299	101	97	92
Realizado	329	269	315	210	152		

Comentário: O Diretor Gustavo explicou que a meta foi alterada pelo CNJ e CSJT e que em 2018 consideravam o cálculo da distribuição até a baixa e para 2019 será considerado até o julgamento. Ressaltou que o Desembargador Paulo Mota, Coordenador do Grupo Gestor de Metas, já encaminhou à Presidência, Vice-Presidência Administrativa e Corregedoria sugestões para melhorias nos resultados das metas. Ponderou que o prazo regimentar já supera a própria meta, pois o relator possui sessenta dias úteis e o revisor mais de quinze dias úteis e a meta para 2019 é de 97 dias corridos.

26



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Indicador 18: Índice de Processos Julgados no 1o Grau (Conhecimento) - IPJ

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado		96,3%	102,46%	101%	136%		

Comentário: Informou que a meta foi superada.

Indicador 19: Índice de Processos Julgados no 2o Grau (Conhecimento) - IPJ

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado		97,69%	74,14%	96,88%	79,6%		

Comentário: O Diretor Gustavo destacou que esta meta nunca foi cumprida.

Indicador 20: Índice de Conciliação (IConc)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		43,99%	44,99%	44,99%	48%	48%	48%
Realizado	42,99%	40,96%	43,91%	42,41%	49,16%		

Comentário: Afirmou que a meta foi superada com cumprimento de 102,42%.

Indicador 21: Índice de Execução (IE)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado		93,76%	114,82%	64,07%	81,1%		

Comentário: Pontuou a dificuldade no cumprimento da meta e salientou que a meta foi cumprida apenas em 2016, quando foi realizado o saneamento da base de dados do Sistema SAP.

Indicador 22: Pesquisa de Satisfação (Grau de Satisfação com os Serviços Prestados)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta				56%			
Realizado							



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Comentário: Informou que a primeira pesquisa de satisfação foi realizada em 2017 e teve uma avaliação positiva. Este indicador é bianual e não há parâmetro anterior. A meta precisa ser definida, de acordo com os resultados da pesquisa realizada em 2017.

Indicador 23: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

Período	2014 (base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Realizado		88,38%	85,46%	96,7%	153,9%		

Comentário: Destacou que a meta foi superada.

Indicador 24: Índice de Atendimento das Metas do PLS

Período	2016 (base)	2017	2018	2019	2020
Meta		100%	65%	67,5%	70%
Realizado	65%	54,55%	63,64%		

Comentário: Comunicou que houve o cumprimento de 97,90% da meta.

Ato contínuo, a Desembargadora Regina Duarte passou para o item 2 da pauta *Avaliação das metas pelo Grupo Gestor de Metas*.

O Diretor Gustavo informou que o Grupo Gestor de Metas já iniciou seus trabalhos, ressaltando que o Coordenador do Grupo, Desembargador Paulo Mota, encaminhou ofício para a Presidência, Vice-Presidência Administrativa e Corregedoria, informando a situação atual do Tribunal em relação às metas nacionais e sugerindo ações para o cumprimento das metas. A Desembargadora Regina Duarte solicitou que o documento fosse compartilhado com os membros do Comitê.

Em seguida, a Desembargadora passou a palavra ao Diretor Márcio Milan para exposição sobre o item 3 da pauta - *“apresentação da Política de Governança, Gestão de Riscos e Compliance”*.

O Diretor Márcio Milan iniciou contextualizando a respeito do tema Governança, Riscos e *Compliance*. Destacou a importância de sua aplicabilidade nos Órgãos Públicos, uma vez que tratam diretamente com a sociedade, por questões de transparência e responsabilidade

176



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

social, além de estar relacionado às boas práticas de gestão. Afirmou que a elaboração da Política decorreu de determinações dos Órgãos Superiores e explanou sobre as bases normativas, as diretrizes da Política, os conceitos de Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*, apresentando exemplos institucionais práticos a respeito dos três temas. Frisou a importância da realização das RAEs quadrimestralmente, sob o risco de situações estratégicas do Órgão ficarem desatualizadas e apresentou o figura do Sistema de Governança do TRT2 que representa, de forma simplificada, o sistema de governança deste Tribunal, compreendendo os mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à prestação de serviços de interesse da sociedade, de acordo com a metodologia proposta pelo Tribunal de Contas da União.

Com relação à Gestão de Riscos, pontuou que o principal objetivo é a execução de um plano institucional para que o Tribunal fomente atitudes preventivas, garantindo a transparência na atuação e mantendo os riscos em níveis aceitáveis. Abordou as principais etapas do processo e destacou que o Órgão avalia os riscos, trabalhando a redução da sua probabilidade de ocorrência ou do impacto.

Por fim, explanou a respeito do *Compliance*, esclarecendo que o TCU fiscaliza o efetivo cumprimento dos normativos vigentes e a adoção de boas práticas de gestão, acompanhando a evolução da maturidade deste Regional.

A Desembargadora Regina Duarte elogiou a apresentação do Diretor Márcio Milan e destacou a importância do tema.

O Benedito Valentini questionou a abrangência do *Compliance* e como conciliar as atividades da Corregedoria em relação aos Juízes de Primeira Instância. A Secretária Inês então esclareceu que o tema não entra na liberalidade e na atuação dos magistrados, que a Política irá formalizar atividades que atualmente já são exercidas no Tribunal, a exemplo da Corregedoria e da Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação e citou que os juízes já observam a legislação vigente para proferir suas decisões, exercendo de forma natural as atividades de *Compliance*. Exemplificou uma situação real de *Compliance* envolvendo a atividade judiciária em que os Órgãos Superiores definiram a descontinuidade de utilização de uma classe processual no Sistema PJe, a qual os magistrados foram comunicados da impossibilidade aplica-la a partir de então. Pontuou a necessidade de um

14



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

trabalho conjunto com as diversas áreas do Tribunal, não sendo o objetivo deste trabalho simplesmente fiscalizar e cobrar.

A Política de Governança, Gestão de Riscos e Compliance foi aprovada.

A Desembargadora Regina Duarte passou ao item 4 da pauta - “*proposta de Alteração da Política Ambiental do TRT2 - Ato GP 07/2011*”, dando a palavra para Fernanda Martins, chefe da Seção de Gestão Socioambiental.

A servidora Fernanda explanou a respeito da estrutura geral da Política Ambiental, seus normativos e destacou a importância e a necessidade da aprovação da proposta de alteração do Ato GP 07/2011. Apresentou a base legal para o novo ato e afirmou que na proposta conta o acréscimo dos valores dispostos no PEI 2015-2020. Esclareceu as diretrizes, a responsabilidade socioambiental do Tribunal, os instrumentos de capacitação e comunicação adotados. Pontuou a parceria de outras áreas envolvidas, a exemplo da EJUD e da SECOM. Abordou as alterações, expôs as evidências de como este Regional trabalha e que explicou que o ato apenas formalizará as atividades que são realizadas pelo TRT2. Pontuou que o novo ato acrescentou as diretrizes do CSJT e que as diretrizes da Política Socioambiental do TRT2 não foram excluídas.

A Desembargadora Regina Duarte deu continuidade à reunião, passando para o último item da pauta – “*Projetos Nacionais e eSocial*”.

O Assessor Rômulo iniciou elogiando a atuação da Seção Socioambiental do TRT2 e ressaltou que o trabalho é dito como modelo para os demais Tribunais do país. Afirmou que sua explanação tem o objetivo de informar aos presentes a situação atual dos Sistemas Nacionais, que o trabalho desempenhado pelo TRT2 tem sido muito importante e que o CSJT tem confiado a este Regional a condução do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP). Comunicou que o SIGEP (Sistema Integrado de Gestão de Pessoas) – FOLHAWEB tem a previsão de pagar a Folha de Pagamento referente ao mês de maio, em paralelo; que o SCMP (Sistema de Controle de Material e Patrimônio) está em homologação; que o SILC (Sistemas de Licitações e Contratos) está dependendo do TRT4 para ser disponibilizado em homologação; que o SIGS (Sistema Integrado de Gestão de Saúde) está em homologação; que, quanto ao JUSLABORIS, o CSJT deu parecer favorável para ceder o sistema para o TRT2. Informou que haverá reunião de 22 a 26/04, em Belo Horizonte, a respeito do eSOCIAL, para definição do cronograma de implantação e assuntos relacionados a Órgãos

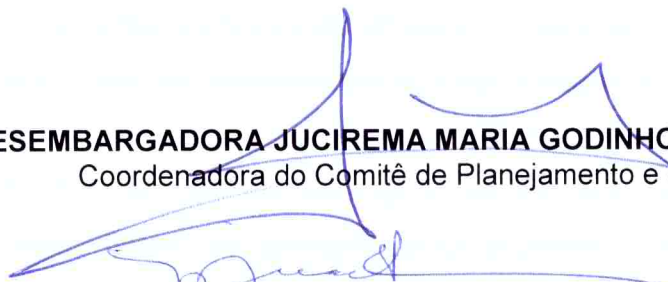


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Públicos; que o EJUD-JT está aguardando ajustes do TRT24 para recolocação em homologação e que o SIGEO (Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) está em produção e terá adaptáveis para atender ao eSocial que serão desenvolvidos pelo TRT20.

Por fim, a Desembargadora Regina Duarte despediu-se do CPG e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata.

DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão


DESEMBARGADORA REGINA DUARTE
Coordenadora da Reunião de Análise Estratégica